

EDITORIAL

Um dos temas em discussão no campo da História é o uso de diferentes modalidades narrativas – escritas e materiais – como “fontes históricas”, o que demanda atenção às suas lógicas próprias de estruturação, organização e produção de sentido, e aos seus processos de formulação histórica. Certamente, a relação entre História e Narrativas é o eixo de coesão dos sete artigos que compõem o presente número da Revista **Phoênix**.

Tradicionalmente, a historiografia privilegiava o documento escrito, considerado como testemunho, comprovação, prova sobre os acontecimentos do passado. Pretendia-se manter a fidelidade do conteúdo dos textos estabelecendo uma relação direta com o real. O historiador devia constatar a autenticidade do texto e descrever o real a partir dos dados nele contidos. Consideravam-se apenas os documentos oficiais, voluntariamente produzidos com o intuito de registrar acontecimentos políticos, militares, jurídicos e diplomáticos. Entretanto, desde os *Annales*, a História se abriu para novas possibilidades de documentos, os quais trouxeram à cena novos temas, atores sociais, abordagens e interpretações, estendendo assim o escopo do campo da História. Preocupou-se, então, com as diversas dimensões da vida social, englobando tudo o que é registrado por variados meios ou que tenha deixado indícios dos modos de fazer, viver e pensar dos homens. No caso do estudo das sociedades antigas, essa ampliação do conceito de documento foi fundamental, já que o domínio da escrita estava nas mãos de alguns grupos sociais, preferencialmente a elite, e sua sobrevivência é bastante lacunar, restrita a determinadas sociedades e períodos históricos.

Por outro lado, atualmente, se tecem considerações éticas, estéticas e epistemológicas a respeito da disciplina histórica, sobretudo em face do impacto que certas proposições do “pós-modernismo” têm causado nas atividades dos historiadores. Discutem-se algumas questões polêmicas nos domínios da historiografia, como a oposição entre História narrativa e História analítica, bem como a possibilidade de o discurso do historiador

“representar” a realidade do processo histórico. São colocados na berlinda a escrita da História sob a perspectiva da criação de narrativas e os estatutos epistemológicos da História. A visualização da História como sendo eminentemente narrativa não é nova, uma vez que pode ser encontrada até mesmo na obra fundadora de Heródoto, no século V a.C. Entretanto, foi apenas nos últimos séculos que os indivíduos que se dedicavam aos estudos históricos procuraram delimitar com mais clareza a singularidade do discurso da História em oposição à narrativa literária. Assim, o século XIX assistiu ao esforço dos historiadores para institucionalizar sua área de estudos por meio de uma ruptura da História em relação à Arte, à Filosofia e à Literatura, consideradas pelos historiadores fonte de interpretações apriorísticas, idealistas e a-históricas. Buscou-se conferir à História um *status* científico, fundamentado no recurso ao material empírico representado pelas fontes, na acepção tradicional apresentada no parágrafo anterior, e na perspectiva objetivista do pesquisador conforme o modelo dominante das denominadas “Ciências Exatas”. Entretanto, essa aspiração mostrava-se inviável no campo das Ciências Humanas e, por conseguinte, da História, configurando-se num problema sério enfrentado pela disciplina histórica e num desafio inegável a seus praticantes. A ampliação dos horizontes teóricos ajudou os historiadores a ter uma consciência muito maior das características epistemológicas e estéticas do seu discurso, mas, ao mesmo tempo, chegou a ponto de ameaçar cortar o vínculo da História-conhecimento com a História-processo.

Além da diversidade teórico-metodológica, os artigos do presente número da **Phoînix** apresentam uma pluralidade de natureza da documentação histórica. O artigo de Ana Montes Giménez faz com que as informações advindas do Papiro Westcar dialoguem com as fornecidas pelas cenas representadas na “sala do nascimento” do templo Deir El-Bahari, buscando argumentar a sua proposta de análise. Ela afirma que o mito da teogonia expressa de maneira categórica a excepcionalidade do rei egípcio: concebido mental e fisicamente pela divindade (Amón), gestado por ela (Cnum, Heget, Hathor) e amamentado por deusas (Hathor, Mut), o recém-nascido de natureza divina atinge, ao mesmo tempo que a vida, a condição real.

Já Margaret M. Bakos busca examinar a participação de Yaroslav Cerny (1898-1970), egíptólogo da República Tcheca, na descoberta e na análise da vida cotidiana dos trabalhadores da vila de Deir el Medina. Com esse propósito, a autora se debruça sobre o estudo das correspondências trocadas entre Cerny e egíptólogos contemporâneos. Através delas, Cerny fala da sua

investigação sobre as escritas antigas da vila em hieróglifos. Dessa forma, a autora afirma que a epistolografia é valorizada tanto como fonte histórica de um período longínquo, o Egito antigo, como da modernidade.

Três dos sete artigos usam como documentação histórica textos literários da Antiguidade Clássica. Maria de Fátima Sousa e Silva, centrando o seu foco na Atenas do século V a.C., analisa a comédia *As Aves* do ateniense Aristófanes, composta num momento de profunda crise para os atenienses, isto é, a campanha da Sicília. A autora defende que, num plano utópico, Aristófanes desenvolve um projeto de ressurreição para uma Atenas desestruturada, de modo a torná-la uma *pólis* ideal, algo característico do próprio gênero cômico.

Deslocando a análise para textos produzidos num recorte cronológico que abrange o período romano, temos os artigos de Pauline Schmitt Pantel e de Sônia Regina Rebel de Araújo. Referência nos estudos da História das Mulheres e da História de Gênero, a helenista Pauline Pantel propõe em seu artigo realizar o estudo de uma coletânea de histórias muito singulares de Plutarco, as **Histórias de Amor: Erotikai Diegeseis**. A autora busca, essencialmente, situá-las no conjunto das obras de Plutarco que dizem respeito às mulheres.

Já Sônia Araújo, objetivando discutir a relação entre História e Literatura, analisa a obra de Apuleio de Madaura **O Asno de Ouro**. A autora centra a sua argumentação na tentativa de compreender a ideologia escravista que a obra informa. Nesse sentido, ela analisa as metáforas escravistas que estruturam a narrativa de Apuleio, implicando aproximações e comparações entre escravos e animais, particularmente no que tange ao leilão de escravos.

Priorizando a cultura material e o método de análise semiótico, podemos contar, neste número da revista, com os artigos de Fábio Lessa e de Regina Bustamante.

Fábio Lessa propõe estudar a relação existente entre nudez e práticas esportivas na Grécia Clássica (séculos V e IV a.C.), enfatizando que a nudez em algumas esferas da vida coletiva, como no esporte, evidenciava uma ideia de vida civilizada. Defende que o modelo estético de representação da beleza masculina é uma construção social que coloca em relevo, entre os gregos antigos, a própria ideia de comunidade política. Para a argumentação de tal proposta, o autor se centra no estudo das imagens de atletas pintadas na cerâmica ática do Período Clássico. Já Regina Bustamante estuda, no

âmbito da África Romana, os espetáculos de anfiteatro, envolvendo combates de gladiadores (*ludi gladiatorii*) e caçadas (*venationes*), que, segundo a autora, eram extremamente apreciados, o que levou ao desenvolvimento de corporações (*sodalitates*) para a sua promoção, competindo entre si pelo oferecimento dos espetáculos. Essa questão é abordada por Bustamante através da análise de um mosaico figurativo datado do século III e proveniente do *frigidarium* (sala de banho frio) de uma terma da cidade de Thysdrus (atual El Djem na Tunísia).

Pelo exposto, acreditamos que os artigos que compõem a presente edição da **Phoînix** atuam no sentido de atentar para a originalidade e a singularidade das abordagens historiográficas brasileiras referentes às sociedades antigas.

Os Editores